

Estratégia Conjunta UE-África

Introdução

No âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia (U.E.) em 2007, estava prevista para o mês de Dezembro desse ano, a realização de uma Cimeira União Europeia - África, de Chefes de Estado e de Governo, com a participação de Países Africanos e dos 27 Países-membros da EU.

O movimento sindical, em particular a UGT, entendeu ser de extrema importância a discussão dos temas em debate na Cimeira e, deste modo, preparar uma posição sindical dirigida aos Chefes de Estado e de Governo.

Com este objectivo a UGT, em parceria com as centrais sindicais nas quais está filiada - CES e CSI - com a sua congénere portuguesa - CGTP - e com o apoio da Fundação Friedrich Hebert, organizou a 26 e 27 de Outubro, uma Conferência para as Confederações Sindicais de África e da Europa, tendo sido aprovada uma Declaração que foi entregue à Cimeira de Chefes de Estado e de Governo pela Secretária Adjunta da CES - Maria Helena André.*

Nesse contexto, as centrais sindicais organizadoras, entenderam ser um sinal muito positivo o facto dos Chefes de Estado e de Governo da Europa e de África terem chegado a acordo sobre a necessidade do estabelecimento de uma Estratégia Comum UE - África que reflectisse as aspirações dos povos dos dois continentes e, sobretudo, que se revelasse uma autêntica parceria ultrapassando o carácter "paternalista" com o qual a Europa, não raro marcou as relações recíprocas.

A Estratégia Comum e o respectivo plano de acção, adoptados em Lisboa em Dezembro de 2007, pretendiam mudar a natureza das relações entre a África e a Europa, com o objectivo de não só dar resposta à globalização e aos processos de integração dos dois continentes, mas também de reforçar o relacionamento político, distinguindo-o das iniciativas políticas EU - África do passado.

* - Ver em Anexo texto da "[Declaração Sindical](#)"

As inovações introduzidas afirmam-se, nomeadamente, pelo assinalar de uma nova fase em que são ultrapassadas as relações tradicionais de outrora e na qual a UE se propõe a tratar, pela primeira vez, África como um todo. A estratégia centra-se em oito parcerias temáticas que se estendem para além das esferas tradicionais da ajuda e do desenvolvimento; foi concebida de modo a permitir que os dois continentes adoptem posições comuns face a determinadas questões globais, atribuindo um papel central à União Africana (UA) e à sua Comissão (CUA).

Apesar de ser cedo para a avaliação dos compromissos adoptados há pouco mais de um ano, parece contudo importante retirar algumas conclusões sobre a estratégia definida e os principais obstáculos que se colocam.

Enquanto o primeiro ano da Estratégia foi essencialmente dedicado a questões organizacionais, com a constituição de estruturas institucionais, como é o caso dos grupos de peritos (criados como “fora” para a discussão da implementação e financiamento das acções prioritárias das parcerias), subsistem ainda algumas questões técnicas por resolver, sendo que o maior desafio desta Estratégia passa por transformar a relação política entre os dois continentes.

Dos muitos desafios que se colocam ao sucesso da Estratégia Comum é particularmente importante conseguir ultrapassar a falta de confiança e cautela mútuas através de um diálogo reforçado euro-africano e de acções que promovam uma melhor compreensão e respeito sobre as diferentes posições respectivas.

Igualmente fundamental para que os objectivos a alcançar possam ser bem sucedidos consiste em dispor de recursos adequados à estratégia definida bem como às parcerias, assegurar a coerência entre políticas e com outros quadros de cooperação e saber gerir uma parceria assimétrica. Isto implica que as abordagens europeias devam partir do pressuposto realista de que não estão a lidar com contrapartes equivalentes, já que as instituições africanas, os seus recursos humanos e outros e mesmo a própria natureza do processo de integração em África não se assemelham às da UE.

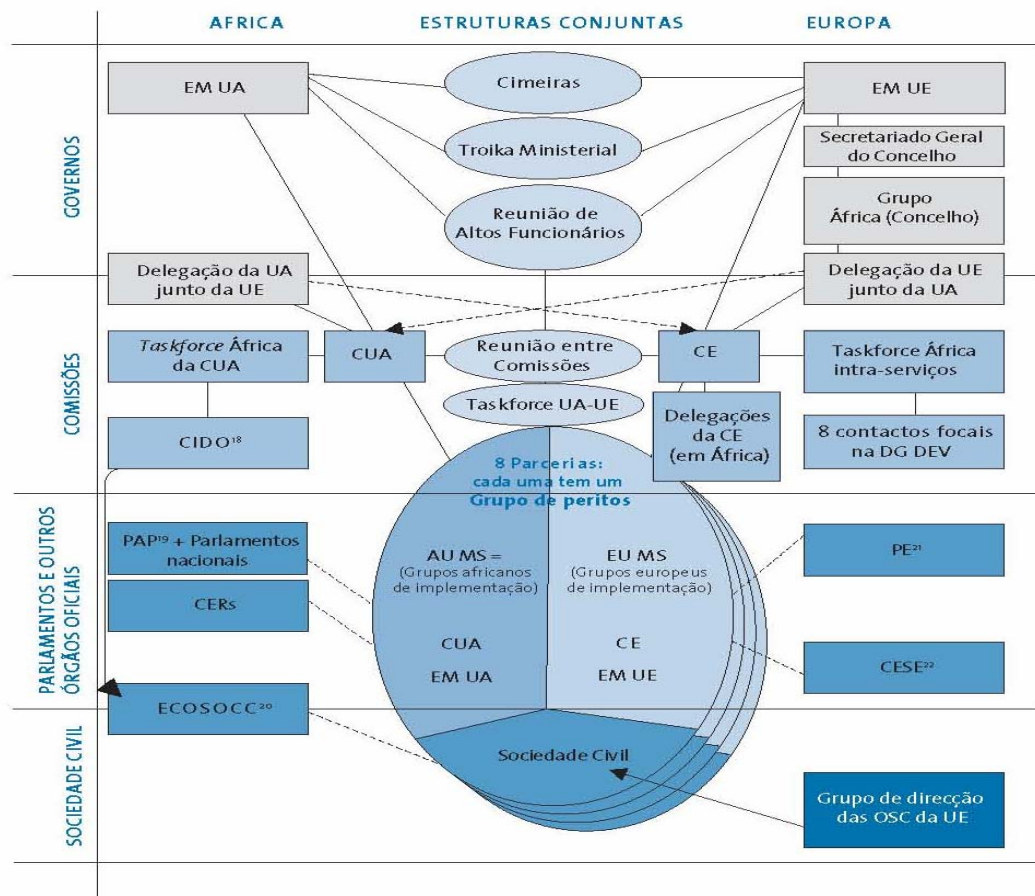
Com efeito, a Estratégia Conjunta pressupõe, também, saber gerir os processos de integração política em África e na Europa, traduzindo a expectativa dos dois continentes para a concretização de uma política externa mais coerente e una. O avanço ao nível político e institucional em África no que respeita ao seu processo de integração e às relações entre a UA, as Comunidades Económicas Regionais (CER) e os próprios Estados Africanos, bem como a promoção da governação democrática constituem elementos centrais no diálogo e parceria Europa – África, devendo-se sublinhar fortemente o respeito pelo estado de direito e o reforço das instituições.

Outra das inovações da Estratégia Conjunta é o consistir num processo inclusivo, proporcionando um tipo completamente diferente de relacionamento entre os diferentes intervenientes, nomeadamente, com as chamadas organizações da sociedade civil (OSC). Com efeito, tanto os parlamentos como a sociedade civil têm estado afastados do processo subsistindo mesmo, por vezes, a dúvida na utilidade de um maior envolvimento, o que pode gerar sentimentos de desânimo ou de descrença extremamente perigosos. Fazer uma opção ganhadora implica que os parceiros institucionais definam claramente qual o papel da sociedade civil neste processo. Este é um dos aspectos fulcrais e do qual depende o sucesso da Estratégia Conjunta e uma questão que deverá ser clarificada sob pena de a sociedade civil lhe vir a ser hostil.

À guisa de conclusão e como refere o texto original:

“Se a Estratégia falhar, a União Europeia e a União Africana terão de oferecer uma alternativa que permita continuar o diálogo e as prioridades mútuas, mas é improvável que haja a curto-prazo entusiasmo para tal. Em resumo, liderança e compromisso são dois elementos-chave para que a Estratégia Conjunta possa ter sucesso”.

Diagrama: Arquitectura Institucional da Estratégia Conjunta UE-África



Nota: InBrief 23: “A Estratégia Conjunta EU-África: Dez Desafios para o Sucesso”

O texto completo da Estratégia e do Plano de Acção está disponível em www.ecdpm.org/dp87